

Supremo Tribunal Federal
COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 29.09.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 4 9 - 11

13/06/2006

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 458.110-8 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECORRENTE(S) : UNIÃO
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO(A/S) : SEBASTIANA CANUTA FERREIRA E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : ANDRÉ LUIZ FARIA DE SOUZA

EXECUÇÃO - PRECATÓRIO - DUPLICIDADE. Longe fica de conflitar com o artigo 100, § 4º, da Constituição Federal enfoque no sentido de ter-se a expedição imediata de precatório relativamente à parte incontroversa do título judicial, dando-se seqüência ao processo quanto àquela impugnada por meio de recurso.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a presidência do ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conhecer do recurso extraordinário, mas lhe negar provimento, nos termos do voto do relator. Não participou deste julgamento o ministro Ricardo Lewandowski.

Brasília, 13 de junho de 2006.

MARCO AURÉLIO

RELATOR

de
HS

30/05/2006

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 458.110-8 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECORRENTE(S) : UNIÃO
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO(A/S) : SEBASTIANA CANUTA FERREIRA E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : ANDRÉ LUIZ FARIA DE SOUZA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou acolhida a pedido formulado em agravo, ante fundamentos assim sintetizados (folha 94):

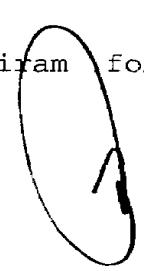
PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIAIS - PRECATÓRIO - PARTE INCONTROVERSA - ADMISSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DO § 2º DO ART. 739 DO CPC - INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 100 DA CF.

1. A jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção deste Tribunal é firme no sentido de ser admissível, quando se cuidar de embargos apenas parciais, a expedição de precatório no tocante à parte incontroversa da dívida, tendo em vista a alteração prevista na Lei nº 8.953, de 13.12.94. Incidência do disposto no § 2º do art. 739 do CPC. Precedentes.

2. A expedição de precatório da parte incontroversa do valor da execução não ofende o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, eis que tal dispositivo refere-se à proibição de fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, com vistas à expedição do requisitório de pequeno valor.

3. Agravo de instrumento improvido.

Os embargos de declaração que se seguiram foram desprovidos pelo Colegiado (folha 106 a 109).



No recurso extraordinário de folha 114 a 127, interposto com embasamento na alínea "a" do permissivo constitucional, a União articula com a transgressão dos artigos 5º, incisos XXXV e LIV, e 100, § 1º e § 4º, da Carta Política da República. Considera não ter sido a matéria suficientemente prequestionada quanto ao § 1º do artigo 100 da Lei Maior, pelo que argúi a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional. No mérito, sustenta que os débitos da Fazenda Pública são pagos por meio de precatório, após o trânsito em julgado da decisão em que se fundamenta a execução. Em relação à Fazenda, tem por conflitante com a Constituição o artigo 739 do Código de Processo Civil, que admite o prosseguimento da execução, independentemente do trânsito em julgado, de parte não contestada da decisão. Entende que tal preceito levaria à "submissão de dispositivo constitucional a uma lei de status (obviamente) inferior, o que é inconcebível no sistema que norteia o direito brasileiro" (folha 118). Ressalta que o pagamento de todo o montante ao final do processo não acarreta prejuízo algum ao credor, na medida em que o saldo será sempre atualizado. Afirma que entendimento contrário implicaria "mitigar a garantia da coisa julgada a título de privilegiar interesse privado" (folha 119). A par desse aspecto, ressalta a inviabilidade de serem expedidos dois precatórios na mesma execução.

Os recorridos não apresentaram contra-razões (certidão de folha 128).

O Juízo primeiro de admissibilidade obstou o trânsito do recurso, que foi processado em virtude do provimento dado a agravo.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 146, preconiza o não-conhecimento do recurso.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na interposição deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por Advogado da União, restou protocolada no prazo dobrado a que tem jus a recorrente. A juntada do mandado de intimação aos autos deu-se em 7 de fevereiro de 2003, sexta-feira (folha 112), ocorrendo a manifestação do inconformismo em 27 imediato, quinta-feira (folha 114).

Sob o ângulo da negativa de prestação jurisdicional, o recurso extraordinário não merece conhecimento. A razão é simples. O Tribunal de origem, ao admitir a expedição de dois precatórios, fê-lo lançando as razões respectivas e aí asseverou que parte do título judicial transitara em julgado por falta de impugnação pela Fazenda Pública. Há parâmetros suficientes para conduzir a matéria ao crivo do Supremo, sem que a União tenha os interesses prejudicados ante alegação de ausência de prequestionamento.

No mais, o provimento do agravo resultou de adoção de padrão, por mim elaborado, que não se coaduna com as balizas verificadas no acórdão proferido. No Recurso Extraordinário nº 389.956-2/RS, figurou como recorrente não a União mas o credor e, neste caso, o pleito veiculado ficou restrito à satisfação imediata da parte incontroversa do título, sem a expedição do precatório. Tanto é assim que a pequena ementa elaborada teve o seguinte teor:




TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - FAZENDA - EXECUÇÃO -
UNICIDADE - PRECATÓRIO E SATISFAÇÃO DE PEQUENO VALOR.

Concluo então que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a mesma Corte que prolatou o acórdão impugnado mediante o extraordinário ora em análise, apresentado pela Fazenda, entendera bem ao não admitir que, considerada a mesma ação e o mesmo título, viesse prevalecer a ficção jurídica a ponto de ter parte satisfeita, que transitara em julgado, em primeiro lugar, sem o precatório, para, alfim, dar-se a liquidação do restante por meio do citado instrumento. Lamentavelmente a adaptação que levou ao provimento do agravo foi imprópria. Examino então a matéria adotando entendimento explícito a respeito e, portanto, apreciando o recurso extraordinário.

Dúvida não há sobre o alcance do artigo 100, § 4º, da Constituição Federal, que dispõe serem "vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório". A razão do preceito fez-se ao mundo jurídico tendo em vista não só a necessidade de liquidação do valor devido ao término de dezoito meses, não ocorrendo a projeção no tempo mediante precatório complementar ou suplementar, como também a impossibilidade de, com fracionamento do quantitativo a ser satisfeito, vir a enquadrar

parte dele na disposição do citado § 3º que afasta do sistema de precatório as obrigações definidas em lei como de pequeno valor. No caso ora apreciado, a situação é diversa e não sofre a vedação prevista no mencionado § 4º.

A decisão condenatória, tendo em conta obrigações de dar a parte incontroversa, foi atacada pela Fazenda. Nesse sentido, surgiu, no mundo jurídico, título executivo judicial não mais sujeito a modificação na via da recorribilidade. Indago: a Constituição Federal, nessa hipótese, proíbe a execução imediata da parte incontroversa, da parte coberta pela coisa julgada? Se o preceito constitucional admite interpretações diversas, ante os interesses em jogo, deve ser excluída aquela que conduza a verdadeiro contra-senso e este consiste em impedir a busca da satisfação imediata da parte do título judicial não mais sujeita a mudança, colocando-se na mesma vala daquela que continua sob o exame do Judiciário e, portanto, passível de ser alterada. É certo que o preceito constitucional contém alusão à impossibilidade de fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução. A cláusula está, contudo, submetida ao objetivo explicitado nela mesma, ou seja, a finalidade de, com um dos fenômenos, buscar-se, no campo de ficção jurídica imprópria, a liquidação do débito sem a expedição de precatório. A tanto equivale a previsão de que o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução são vedados a fim de



que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório".

Ante o quadro, conheço e desprovejo o extraordinário, penitenciando-me por ter provido o agravo. De qualquer forma, dá-se segurança jurídica maior com o pronunciamento da Turma, que ocorrerá pela apreciação do extraordinário. É como voto.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 458.110-8

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECD.O.(A/S): SEBASTIANA CANUTA FERREIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): ANDRÉ LUIZ FARIA DE SOUZA

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que conhecia do recurso extraordinário, mas lhe negava provimento, pediu vista dos autos o Ministro Sepúlveda Pertence. 1ª. Turma, 30.05.2006.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto e Ricardo Lewandowski.

Subprocuradores-Gerais da República, Dr. Wagner Gonçalves e Paulo de Tarso Braz Lucas.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 458.110-8 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECORRENTE(S) : UNIÃO
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO(A/S) : SEBASTIANA CANUTA FERREIRA E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : ANDRÉ LUIZ FARIA DE SOUZA

V O T O - V I S T A

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Discute-se nos autos a possibilidade de se emitir precatório de parte incontroversa do valor da execução movida contra a Fazenda Pública, tendo em vista o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal.

Iniciado o julgamento na sessão do dia 30.05.2006, pedi vista dos autos em razão da inclusão em pauta do RE 484.770, de minha relatoria, em que se discutia a mesma questão.

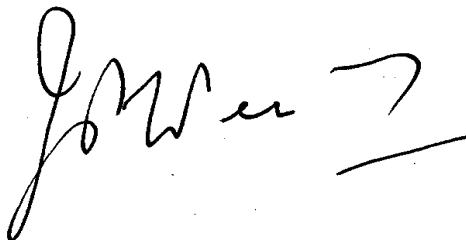
O RE 484.770 foi julgado no dia 06.06.2006 - os autos do pedido de vista somente foram remetidos ao meu gabinete em 12.06.2006 - e, naquela oportunidade, proferi voto nos seguintes termos:

"...a vedação de fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução - § 4º - se justifica a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida para obrigações de pequeno valor e, em parte, mediante expedição de precatório, o que não ocorre no caso.

Não viola o art. 100, § 4º, da Constituição, o fracionamento do valor da execução em parcelas controversa e incontroversa sem que isso implique alteração do regime de pagamento, que é definido pelo valor global da obrigação."



Desse modo, acompanho o em. Relator, Ministro **Marco Aurélio**, e nego provimento ao recurso extraordinário: é o meu voto.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Marco Aurélio', with a stylized flourish at the end.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 458.110-8

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECDO.(A/S): SEBASTIANA CANUTA FERREIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): ANDRÉ LUIZ FARIA DE SOUZA

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que conhecia do recurso extraordinário, mas lhe negava provimento, pediu vista dos autos o Ministro Sepúlveda Pertence. 1ª. Turma, 30.05.2006.

Decisão: Prossequindo o julgamento, a Turma conheceu do recurso extraordinário, mas lhe negou provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª. Turma, 13.06.2006.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso e Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Ricardo Dias Duarte
Coordenador